

PLANO MUNICIPAL DA MATA ATLÂNTICA

Diagnóstico Técnico e Elaboração do Documento PMMA Produto 5 – Plano de Ações

ENDEREÇO		PRAÇA DEPUTADO ANTÔNIO SILVA CUNHA BUENO, 180 – CENTRO, MONTEIRO LOBATO/SP		EXECUÇÃO: 
DATA	24/02/2026	FOLHA	1-44 FOLHAS	
RESP. TÉCNICO THIAGO FANTUS RIBEIRO				
ART	2620251837236	CREA	5069582686	CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO/SP 
GESTÃO PROJETO	GIMENA PICOLO	E-mail	gpicolo@vallenge.com.br	
N. PROJ VALLENGE VLG3864-PLN-P5				

REV.	DATA	MODIFICAÇÃO	VERIFICAÇÃO	APROVAÇÃO
00				
01				
02				
03				
04				

■ LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Áreas Prioritárias para conservação e preservação	19
Quadro 2 – Ações do Programa 1	20
Quadro 3 – Ações do Programa 2	21
Quadro 4 – Ações do Programa 3	22
Quadro 5 – Ações do Programa 4	22
Quadro 6 – Ações do Programa 5	23
Quadro 7 – Ações do Programa 6	24
Quadro 8 – Ações do Programa 7	25
Quadro 9 – Ações do Programa 8	26
Quadro 10 – Fontes de Financiamentos.	27
Quadro 11 – Cronograma geral de implementação.	28

■ FIGURAS

Figura 1 – Página principal do Instagram da prefeitura municipal	7
Figura 2 – Página principal do Facebook da prefeitura municipal	7
FIGURA 3 – PÁGINA PRINCIPAL DO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL	7
Figura 4 – Cartaz Instalado na Escola Municipal da Pedra Branca	8
Figura 5 – Capela Santo Antônio – Bairro Pedra Branca	8
Figura 6 – Cartaz Instalado na estrada de acesso ao bairro Pedra Branca	8
Figura 7 – Cartaz Instalado no ponto de ônibus do bairro SouzaS	8
Figura 8 – Cartaz Instalado na Posto de Saúde do bairro SouzaS	8
Figura 9 – Cartaz Instalado no Centro Esportivo do bairros SouzaS (vista 1)	8
Figura 10 – Cartaz Instalado no Centro Esportivo do bairros SouzaS (vista 2)	9
Figura 11 – Cartaz Instalado no ponto de ônibus do bairro Vila Esperança	9
Figura 12 – Cartaz Instalado na rodoviária de Monteiro Lobato	9
Figura 13 – Cartaz Instalado na Secretaria de Esportes de Monteiro Lobato	9
Figura 14 – Cartaz Instalado no Centro de Distribuição da Prefeitura Municipal	9
Figura 15 – Cartaz Instalado na UBS Doçurinha (vista 1)	9
Figura 16 – Cartaz Instalado na UBS Doçurinha (vista 2)	10
Figura 17 – Cartaz Instalado no ponto de ônibus do bairro São Benedito	10
Figura 18 – Cartaz Instalado na UBS São Benedito	10
Figura 19 – Cartaz Instalado no ponto de ônibus da Praça São Benedito	10
Figura 20 – Cartaz Instalado na Escola Estadual Professora Maria Ferreira Sonnewend	10
Figura 21 – Cartaz Instalado na Casa da Cultura Nelson Gomes (vista 1)	10
Figura 22 – Cartaz Instalado na Casa da Cultura Nelson Gomes (vista 2)	11
Figura 23 – Cartaz Instalado no Paço Municipal	11
Figura 24 – Cartaz Instalado no UBS Centro	11
Figura 25 – Cartaz Instalado na UPA Centro	11
Figura 26 – Cartaz Instalado na Secretaria de Educação de Monteiro Lobato	11
Figura 27 – Local da Oficina Comunitária 2	12
Figura 28 – Abertura da Oficina 2 – Vista 01	12
Figura 29 – Abertura da Oficina 2 – Vista 02	12
Figura 30 – Participante esclarecendo dúvidas durante a Oficina 2	13
Figura 31 – Debate durante a dinâmica (vista 1)	13
Figura 32 – Debate durante a dinâmica (vista 2)	13
Figura 33 – Debate durante a dinâmica (vista 3)	14
Figura 34 – Registro sistematizado das informações dos participantes durante a dinâmica	14
Figura 35 – Encerramento da Oficina Comunitária 2	16

■ ÍNDICE

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	5
2.	OFICINA COMUNITÁRIA 2 - DIAGNÓSTICO	6
2.1	DESCRIÇÃO DO EVENTO	6
2.1.1	Mobilização Social.....	6
2.1.2	Preparação da Oficina.....	11
2.1.3	Início dos Trabalhos	12
2.1.4	Apresentação do Diagnóstico Técnico	12
2.1.5	Dinâmica Participativa – Identificação de Problemas e Proposição de Ações	14
	A. Problemas Ambientais Identificados	15
	B. Ações Prioritárias Propostas	15
2.1.6	Considerações Finais da Oficina Comunitária 2	16
3.	PLANO DE AÇÕES	18
3.1	ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO	18
3.2	PROGRAMAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS.....	19
3.2.1	Programa 1 – Conservação e Proteção dos Remanescentes	20
3.2.2	Programa 2 – Recuperação e Restauração	20
3.2.3	Programa 3 – Criação e Consolidação de Áreas Protegidas e Conectividade Ecológica	21
3.2.4	Programa 4 – Prevenção e Controle de Incêndios Florestais.....	22
3.2.5	Programa 5 – Desenvolvimento Rural Sustentável e Uso Sustentável dos Recursos Naturais	23
3.2.6	Programa 6 – Educação Ambiental e Participação Social	23
3.2.7	Programa 7 – Fortalecimento Institucional, Monitoramento e Avaliação	24
3.2.8	Programa 8 – Integração com Planos Municipais	25
4.	IMPLEMENTAÇÃO E VIABILIDADE FINANCEIRA	27
4.1	FONTES DE FINANCIAMENTO	27
4.2	FUNDO MUNICIPAL PARA O PMMA	27
4.3	CRONOGRAMA GERAL DE IMPLEMENTAÇÃO.....	28
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
6.	REFERÊNCIAS	30

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente relatório é o quinto produto do contrato estabelecido entre a Prefeitura Municipal de Monteiro Lobato e a empresa Vallenge Consultoria, Projetos e Obras Ltda, que tem como objetivo a elaboração do Plano da Mata Atlântica do município de Monteiro Lobato.

O Produto 5, Plano de Ações, materializa a etapa propositiva do PMMA, tendo como finalidade estruturar programas, estratégias e ações destinadas a melhorar a situação da Mata Atlântica diagnosticada nos produtos anteriores. A elaboração deste produto fundamenta-se nas informações obtidas na Consulta e Percepção Ambiental (Produto 3), no Diagnóstico Técnico (Produto 4) e nos resultados da Oficina Comunitária 2, etapa participativa na qual a população e os atores locais contribuíram diretamente para a identificação de problemas, oportunidades e proposição de ações.

O PMMA é um instrumento técnico, participativo e de planejamento ambiental, previsto na Lei Federal nº 11.428/2006 — a Lei da Mata Atlântica — e regulamentado pelo Decreto Federal nº 6.660/2008. Seu objetivo central é identificar, delimitar e estabelecer diretrizes para a conservação, recuperação e uso sustentável dos remanescentes florestais nativos e demais formações associadas ao bioma Mata Atlântica no território municipal.

Em escala local, o PMMA traduz os princípios de gestão ambiental integrada, ordenamento territorial e governança participativa, preconizados pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e pela Constituição Federal de 1988 (artigos 23, 24, 170 e 225). Visando atender ao que determina o Termo de Referência, este documento tem o objetivo apresentar o planejamento, a metodologia e os resultados das ações de mobilização social realizadas no processo de elaboração do PMMA e visa registrar as etapas de envolvimento e participação da sociedade civil, órgãos públicos, instituições e demais atores locais, destacando os instrumentos de comunicação utilizados, o público alcançado e as contribuições obtidas.

2. OFICINA COMUNITÁRIA 2 - DIAGNÓSTICO

Na presente seção serão descritos os procedimentos da Oficina Comunitária 2 - Diagnóstico, assim como serão apresentadas a situação atual do município de Monteiro Lobato.

2.1 Descrição do evento

A Oficina Comunitária 2 — Diagnóstico teve como finalidade apresentar e discutir o diagnóstico técnico-ambiental do município de Monteiro Lobato, elaborado a partir de levantamentos de campo, análises cartográficas e dados secundários, além de coletar contribuições da comunidade para a formulação de diretrizes, programas e ações a serem contemplados no Plano de Ações do PMMA.[5]

O evento foi realizado na Casa de Cultura Nelson Gomes, localizada na Rua Abílio Pereira Dias, nº 10, município de Monteiro Lobato/SP, com início às 18h00 do dia 21 de janeiro de 2026, e contou com a presença de 11 participantes, entre representantes da Prefeitura Municipal, membros do Grupo de Trabalho (GT), representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) e da empresa Vallenge Engenharia.

A metodologia adotada para a execução da oficina foi estruturada em cinco etapas, conforme segue:

1. Preparação da oficina;
2. Abertura e introdução;
3. Apresentação dos temas da oficina 2;
4. Regras da dinâmica;
5. Encerramento.

Desta forma nas seções seguintes serão apresentados os tipos de mobilização social adotados para a divulgação do evento, assim como os registros fotográficos e as informações obtidas na Oficina Comunitária 2. Em anexo será inserida a apresentação de slides utilizados no dia da oficina, assim como a ata e a lista de presença.

2.1.1 Mobilização Social

A mobilização social para a elaboração do PMMA foi estruturada conforme orientações do Roteiro Metodológico para Elaboração de PMMAs (MMA, 2017), que destaca a importância da participação da população local no processo de construção do plano.

O trabalho de divulgação foi iniciado em 08 de janeiro de 2026, por meio de publicações nas redes sociais oficiais da Prefeitura Municipal (Instagram, Facebook e site institucional), bem como pela fixação de cartazes em locais estratégicos com grande movimentação de pessoas em diversos bairros do município, incluindo unidades básicas de saúde, pontos de ônibus, centros esportivos, rodoviária, Paço Municipal, Casa de Cultura Nelson Gomes e Secretaria de Educação. Para essa oficina, os cartazes não foram fixados nas escolas municipais, visto que se encontravam em período de férias.

Para a mobilização social da Oficina Comunitária 2, estes meios foram utilizados para divulgação de convites, chamando a população a participar do evento, sendo especificado em todas as postagens o dia, horário e local onde será realizada a oficina.



FIGURA 1 – PÁGINA PRINCIPAL DO INSTAGRAM DA PREFEITURA MUNICIPAL

FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 2 – PÁGINA PRINCIPAL DO FACEBOOK DA PREFEITURA MUNICIPAL

FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 3 – PÁGINA PRINCIPAL DO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL

FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026

Uma outra forma de publicação adotada foi a divulgação por meio de cartazes fixados em locais estratégicos com grande movimentação de pessoas espalhados pela cidade, com a finalidade de atingir o maior número de moradores possível.



FIGURA 4 – CARTAZ INSTALADO NA ESCOLA MUNICIPAL DA PEDRA BRANCA
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 5 – CAPELA SANTO ANTÔNIO – BAIRRO PEDRA BRANCA
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 6 – CARTAZ INSTALADO NA ESTRADA DE ACESSO AO BAIRRO PEDRA BRANCA
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 7 – CARTAZ INSTALADO NO PONTO DE ÔNIBUS DO BAIRRO SOUZAS
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 8 – CARTAZ INSTALADO NA POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO SOUZAS
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 9 – CARTAZ INSTALADO NO CENTRO ESPORTIVO DO BAIROS SOUZAS (VISTA 1)
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 10 – CARTAZ INSTALADO NO CENTRO ESPORTIVO DO BAIRROS SOUZAS (VISTA 2)
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 11 – CARTAZ INSTALADO NO PONTO DE ÔNIBUS DO BAIRRO VILA ESPERANÇA
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 12 – CARTAZ INSTALADO NA RODOVIÁRIA DE MONTEIRO LOBATO
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026

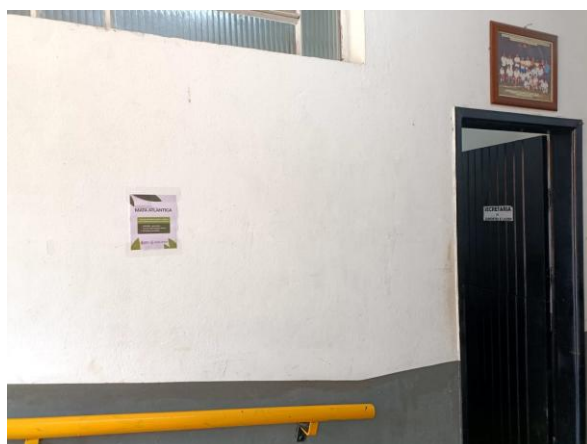


FIGURA 13 – CARTAZ INSTALADO NA SECRETARIA DE ESPORTES DE MONTEIRO LOBATO
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026

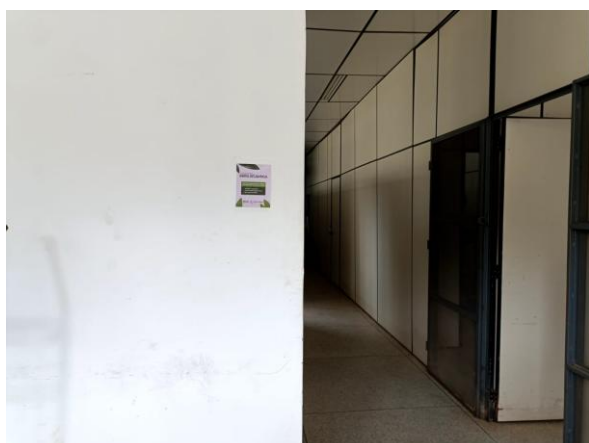


FIGURA 14 – CARTAZ INSTALADO NO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 15 – CARTAZ INSTALADO NA UBS DOÇURINHA (VISTA 1)
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 16 – CARTAZ INSTALADO NA UBS DOÇURINHA (VISTA 2)
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 17 – CARTAZ INSTALADO NO PONTO DE ÔNIBUS DO
BAIRRO SÃO BENEDITO
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 18 – CARTAZ INSTALADO NA UBS SÃO BENEDITO
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 19 – CARTAZ INSTALADO NO PONTO DE ÔNIBUS DA PRAÇA
SÃO BENEDITO
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 20 – CARTAZ INSTALADO NA ESCOLA ESTADUAL
PROFESSORA MARIA FERREIRA SONNEWEND
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 21 – CARTAZ INSTALADO NA CASA DA CULTURA NELSON
GOMES (VISTA 1)
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 22 – CARTAZ INSTALADO NA CASA DA CULTURA NELSON GOMES (VISTA 2)
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 23 – CARTAZ INSTALADO NO PAÇO MUNICIPAL
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 24 – CARTAZ INSTALADO NO UBS CENTRO
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 25 – CARTAZ INSTALADO NA UPA CENTRO
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 26 – CARTAZ INSTALADO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO LOBATO
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026

2.1.2 Preparação da Oficina

A segunda Oficina foi realizada na Casa de Cultura Nelson Gomes, localizado na Rua Abílio Pereira Dias, nº 10, município de Monteiro Lobato/SP, com início às 18h, do dia 21 de janeiro de 2026. Contou com a presença de 11 participantes, dentre eles, os representantes da Prefeitura Municipal, do Grupo de Trabalho (GT) e representantes da Empresa Vallenge Engenharia, conforme lista de presença e ATA em anexo.

Antes de iniciar a Oficina, a representante da prefeitura preparou o espaço escolhido para o evento, realizando os ajustes necessários dos equipamentos audiovisuais, como projetor, tela de projeção, notebook e iluminação.

Além dos recursos materiais de infraestrutura, a equipe da Vallenge Engenharia preparou as ferramentas de coleta das diversas opiniões provenientes da sociedade, sendo estas: folhas de papel, pranchetas e canetas.

A lista de presença da Oficina 2 foi inicialmente passada de mão em mão entre todos os participantes presentes na Casa de Cultura Nelson Gomes. Após as primeiras assinaturas, o documento foi disposto sobre a estante de leitura que estava posicionado no local de entrada do evento, permanecendo acessível para que cada pessoa que chegasse posteriormente pudesse registrar sua participação de forma organizada e contínua.



FIGURA 27 – LOCAL DA OFICINA COMUNITÁRIA 2
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026

2.1.3 Início dos Trabalhos

A abertura da Oficina Comunitária 2 foi feita pela engenheira Isabel Rocha, representante da empresa Vallenge Engenharia, que iniciou agradecendo a presença de todos e informou que o evento tinha como objetivo exibir o conteúdo referente ao Diagnóstico, etapa da elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica de Monteiro Lobato.

A engenheira Isabel apresentou a estrutura metodológica do plano, composta por três etapas: (1) planejamento para o processo PMMA; (2) diagnóstico técnico e elaboração do documento PMMA; e (3) validação e aprovação do PMMA, informando que os Produtos 1, 2 e 3 já haviam sido formalmente entregues à Prefeitura Municipal e que já estavam à disposição para acesso da população no site oficial da Prefeitura. As Figuras a seguir mostram as vistas da abertura da Oficina 2.



FIGURA 28 – ABERTURA DA OFICINA 2 – VISTA 01
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 29 – ABERTURA DA OFICINA 2 – VISTA 02
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026

2.1.4 Apresentação do Diagnóstico Técnico

Na sequência, a engenheira Isabel apresentou os principais resultados do diagnóstico técnico, incluindo dados referentes à caracterização ambiental do município, aspectos de Unidades de Conservação, uso e ocupação do solo, cobertura vegetal, áreas de preservação permanente, remanescentes da Mata Atlântica, viveiros e fragilidades ambientais e áreas de risco.

Durante a apresentação, os temas sobre unidades de conservação, vegetação, uso e cobertura do solo, áreas de preservação permanente, áreas de risco, fragilidades e a possibilidade de criação de novas UCs foram debatidos com os participantes.

■ Unidades de Conservação

Foi discutida a abrangência da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Paraíba do Sul, que corresponde a aproximadamente 66% do território municipal. Um dos participantes demonstrou interesse em discutir a futura criação de uma Unidade de Conservação em área ainda não mapeada. Questionada sobre a existência de plano de manejo da APA, a equipe técnica informou que o instrumento se encontra em processo de elaboração. A Figura abaixo mostra um participante explicando sua dúvida sobre as unidades de conservação.



FIGURA 30 – PARTICIPANTE ESCLARECENDO DÚVIDAS DURANTE A OFICINA 2
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026

■ Vegetação

Apresentou-se o mapa de vegetação elaborado pelo Instituto Florestal (2020), esclarecendo tratar-se de levantamento de escala regional. Os critérios de interpretação de imagens de satélite para diferenciação entre vegetação nativa e silvicultura foram explicados à comunidade, também foram apresentadas porcentagens de ocupação de cada tipo de vegetação e explicado as terminologias técnicas.

As Figuras a seguir ilustram o momento de discussão sobre os fragmentos de vegetação, os participantes já saíram dos seus lugares para analisar o mapa e tirar as respectivas dúvidas.



FIGURA 31 – DEBATE DURANTE A DINÂMICA (VISTA 1)
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 32 – DEBATE DURANTE A DINÂMICA (VISTA 2)
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026

■ Uso e Cobertura do Solo

Na apresentação do mapa do MapBiomias (2024), também houve a discussão sobre a diferença de área ocupada por vegetação entre dados oficiais. Foi explicado que se trata de dados amostrados em anos diferentes e nível de escala diferentes, é normal apresentar valores diferentes. Por conta disso, foi realizado o levantamento de campo e a delimitação dos fragmentos de vegetação identificados nas imagens mais atualizadas do Google Earth.

■ Áreas de Preservação Permanente

Foram apresentados exemplos fotográficos de APPs em diferentes estados de conservação, assim como o mapa de hidrografia do município. Nesse momento, houve uma discussão positiva sobre a quantidade de recurso hídrico no município e a situação precária das áreas de preservação permanente nos cursos d'água urbanos.

■ Áreas de Risco

Foram exibidos os mapas elaborados pela Defesa Civil (2018), com registros de deslizamentos e inundações já ocorridos no município. Nesse momento, foi questionado sobre os poucos pontos de risco identificados, e foi esclarecido que se trata de um documento de 2018, e que o risco sempre está associado à vida humana. Foi sugerido a atualização das áreas de risco, devido às alterações ocasionadas nos últimos anos e pelas mudanças climáticas.

■ Fragilidades Ambientais

Foram apresentados registros fotográficos de pontos de erosão e de ocorrências de incêndios florestais, além do mapa e relatório fotográfico dos viveiros existentes no município. Baseado nesses registros, ficou evidente que a falta de vegetação nos topos dos morros é o ponto de maior influência para agravar os movimentos de massa e erosões.

2.1.5 Dinâmica Participativa – Identificação de Problemas e Proposição de Ações

Após a etapa expositiva, a engenheira Isabel apresentou as diretrizes e regras da dinâmica participativa, orientando a divisão dos temas para discussão, com foco na identificação de problemas ambientais, oportunidades, definição de prioridades e proposição de ações a serem consideradas no âmbito do PMMA, de acordo com a realidade atual do município.

Foi disponibilizado um período aproximado de 20 minutos para a discussão de cada temática. As contribuições e sugestões apresentadas pelos participantes foram registradas de forma sistematizada pela engenheira Isabel, em conjunto com a participante Flávia de Oliveira, presidente do CMMA, em folha tipo A1 previamente afixada na parede, garantindo a transparência do processo e a visualização coletiva das informações, assim como mostra as Figuras a seguir.



FIGURA 33 – DEBATE DURANTE A DINÂMICA (VISTA 3)
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026



FIGURA 34 – REGISTRO SISTEMATIZADO DAS INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES DURANTE A DINÂMICA
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026

A. Problemas Ambientais Identificados

Os participantes elencaram os seguintes problemas ambientais prioritários para o município:

- ▣ Falta de incentivo ao produtor rural e ausência de assistência técnica e extensão rural;
- ▣ Ausência de cuidados adequados com as várzeas dos rios e inexistência ou degradação de Áreas de Preservação Permanente em grande parte dos cursos d'água, sendo ressaltada a necessidade de o Poder Público definir de forma clara sua posição quanto à ocupação dessas áreas;
- ▣ •Fragilidade no apoio institucional ao CMMA, uma vez que demandas ambientais trazidas pela população nem sempre são consideradas, evidenciando a necessidade de fortalecimento da participação social por meio dos conselhos;
- ▣ Incêndios florestais associados a queimas irregulares de lixo, ausência de educação ambiental, inexistência de composteira municipal, falta de monitoramento contínuo (com sugestão de uso de drones como alternativa) e solturas irregulares de balões;
- ▣ Ausência de investimentos em convênios com a CATI e demais instituições de extensão rural;
- ▣ Necessidade de criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e/ou Proteção Integral;
- ▣ Falta de incentivo a sistemas agroflorestais (SAFs), permacultura e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF);
- ▣ Baixo apoio a iniciativas como CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura);
- ▣ Necessidade de recuperação de áreas degradadas e encostas com impactos na micro e macrodrenagem;
- ▣ Destinação inadequada de esterco animal em cursos d'água;
- ▣ Degradação de atrativos turísticos naturais;
- ▣ Necessidade de certificações orgânicas (APOENA) e fortalecimento do turismo de base comunitária;
- ▣ Urgência na implantação de passagens de fauna ao longo da rodovia SP-050.

B. Ações Prioritárias Propostas

Após o levantamento e a consolidação dos problemas ambientais, foram discutidas e estruturadas as seguintes ações estratégicas:

- ▣ Atuação direta junto aos proprietários rurais, por meio de capacitação técnica, extensão rural e programas contínuos de educação ambiental;
- ▣ Educação ambiental e capacitação técnica da própria gestão pública, entendendo que o fortalecimento institucional é fundamental para que as políticas ambientais sejam corretamente compreendidas, aplicadas e disseminadas à população;
- ▣ Implementação de programas de recuperação de nascentes, como o "Adote uma Nascente";
- ▣ Recuperação e proteção de APPs hídricas e associadas à declividade;
- ▣ Incentivo à produção de mudas nativas e criação de viveiros, tanto públicos quanto privados, como suporte às ações de restauração;

- ▣ Estabelecimento de parcerias com órgãos estaduais para fiscalização ambiental;
- ▣ Aprimoramento do monitoramento de incêndios florestais, incluindo uso de tecnologias como drones;
- ▣ Implantação de travessias de fauna, especialmente em trechos críticos da malha viária (rodovia SP-050);
- ▣ Busca ativa por recursos financeiros junto a programas estaduais, federais e instituições parceiras;
- ▣ Adoção de medidas de macrodrenagem, visando à redução de processos erosivos, enchentes e impactos sobre a drenagem do município.

Ao final da dinâmica participativa, às 20h34, a engenheira Isabel encerrou oficialmente a Oficina Comunitária 2, registrando todas as contribuições e comprometendo-se a incorporar os apontamentos da comunidade na elaboração do presente Plano de Ações.

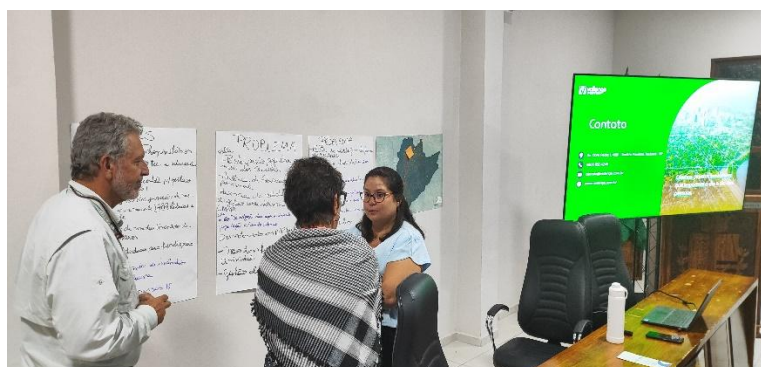


Figura 35 – Encerramento DA OFICINA COMUNITÁRIA 2
FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2026

2.1.6 Considerações Finais da Oficina Comunitária 2

A análise integrada das contribuições obtidas na Oficina Comunitária 2, conjugada com os resultados da Consulta e Percepção Ambiental (Produto 3) e do Diagnóstico Técnico (Produto 4), permite consolidar as seguintes conclusões que orientam o Plano de Ações.

■ Fragilidade da governança ambiental local

Tanto a percepção da comunidade quanto os relatos institucionais evidenciam que, embora exista arcabouço legal e institucional (CMMA, Fundo Municipal de Meio Ambiente, Plano Diretor), a efetividade desses instrumentos é limitada pela insuficiência de recursos humanos, financeiros e de articulação interinstitucional. A nota média de 1,6 para "Informações Ambientais" e 2,9 para "Participação Social" na percepção ambiental reforça esse diagnóstico, dada na Oficina de Percepção Ambiental. O PMMA deve, portanto, priorizar o fortalecimento institucional como eixo estruturante.

■ Vulnerabilidade hídrica como problema central

A nota média de 2,0 para a temática "Água" na percepção ambiental, a identificação de APPs degradadas ao longo do Rio Buquira e a preocupação com enchentes, esgotos e qualidade dos corpos hídricos durante a

oficina convergem para a necessidade urgente de ações voltadas à proteção de mananciais, recuperação de matas ciliares e melhoria do saneamento.

■ Incêndios florestais como ameaça recorrente

A comunidade identificou os incêndios como um dos problemas ambientais mais graves, associando-os a queimas irregulares de lixo, falta de compostagem, ausência de monitoramento e educação ambiental insuficiente. O diagnóstico técnico registrou ocorrências em bairros como Descoberto e na Estrada do Livro, confirmando a percepção popular.

■ Desconexão entre ativos ambientais e vivência cotidiana

Apesar de reconhecerem a existência de Mata Atlântica preservada (nota 6,8) e fauna associada (nota 7,2), os participantes avaliam de forma negativa a disponibilidade de praças, parques e áreas verdes urbanas (nota 2,3) e a arborização dos bairros (nota 1,9). Esse contraste indica a necessidade de criar espaços que aproximem a população dos remanescentes florestais e seus serviços ecossistêmicos.

■ Deficiência em educação ambiental e comunicação

A percepção de que poucas pessoas conhecem as leis ambientais (nota 1,0), que o poder público não divulga de forma eficaz suas ações (nota 1,7) e que a maioria desconhece instrumentos como Plano Diretor e CAR (nota 1,3) evidencia a necessidade de programas estruturados de educação ambiental e comunicação institucional.

■ Demanda por valorização da produção rural sustentável

A falta de incentivo ao produtor rural, a ausência de convênios com a CATI e o baixo apoio a sistemas agroflorestais, agroecologia e turismo de base comunitária foram recorrentemente citados, indicando que o PMMA deve integrar a conservação da Mata Atlântica com o desenvolvimento rural sustentável.

■ Necessidade de criação de novas áreas protegidas e conectividade ecológica

A sugestão de criação de novas Unidades de Conservação e a demanda por passagens de fauna na SP-050 evidenciam a preocupação da comunidade com a fragmentação florestal e a necessidade de ampliar a conectividade entre os remanescentes.

3. PLANO DE AÇÕES

Os objetivos específicos do PMMA de Monteiro Lobato foram definidos a partir do cruzamento entre a situação atual da Mata Atlântica, os desafios e oportunidades identificados no diagnóstico, as demandas da sociedade e as capacidades e vocações do município, conforme preconizado pelo Roteiro Metodológico (MMA, 2017). São eles:

- Conservar os remanescentes de Mata Atlântica existentes, assegurando a proteção dos fragmentos florestais em seus diferentes estágios sucessionais e a manutenção dos serviços ecossistêmicos por eles prestados;
- Recuperar áreas degradadas e ampliar a cobertura florestal nativa, com ênfase nas Áreas de Preservação Permanente, nascentes, encostas e áreas prioritárias para conectividade ecológica;
- Reduzir as pressões e ameaças sobre os remanescentes, atuando sobre os vetores de desmatamento, degradação, incêndios florestais, erosão e ocupação irregular de áreas sensíveis;
- Ampliar e fortalecer as áreas protegidas do município, por meio da criação de novas Unidades de Conservação e da consolidação da APA da Bacia do Rio Paraíba do Sul;
- Promover a conectividade ecológica, por meio da implantação de corredores ecológicos, parques lineares e passagens de fauna, integrando fragmentos florestais em escala de paisagem;
- Fortalecer a gestão ambiental municipal, ampliando a capacidade institucional, os mecanismos de financiamento e a articulação intersetorial e interinstitucional;
- Integrar a conservação da Mata Atlântica ao desenvolvimento rural sustentável, promovendo sistemas agroflorestais, agroecologia, turismo de base comunitária e valorização da produção local;
- Promover a educação ambiental e a participação social, ampliando a consciência da população sobre a importância da Mata Atlântica e fortalecendo os canais de participação e controle social;
- Incorporar a perspectiva de mudança do clima no planejamento e na gestão da Mata Atlântica, adotando medidas de Adaptação Baseada em Ecossistemas (AbE).

3.1 Áreas Prioritárias para Conservação e Recuperação

A indicação de áreas prioritárias constitui exigência legal do artigo 43 do Decreto Federal nº 6.660/2008. As áreas foram definidas a partir do cruzamento dos mapeamentos temáticos do diagnóstico, ou seja, remanescentes de vegetação nativa, uso e cobertura do solo, APPs, áreas de risco, Unidades de Conservação, macrozoneamento e áreas prioritárias estaduais, com as contribuições da participação popular. O Quadro abaixo apresenta as áreas prioritárias separadas para Conservação, Preservação e a Proposta de criação de novas unidades de conservação.

Áreas Prioritárias para Conservação
Remanescentes florestais bem conservados nos bairros Pedra Branca, Renó, Picado e Descoberto, que abrigam núcleos expressivos de Floresta Ombrófila Densa e Mista em estágio avançado de regeneração.
Faixa territorial correspondente à APA da Bacia do Rio Paraíba do Sul, que abrange aproximadamente 220 km² (66% do território municipal), com alta prioridade para manutenção da integridade ambiental.
Áreas classificadas como alta prioridade para conservação pelo mapeamento estadual, localizadas ao sul e leste do município, em regiões serranas com elevada presença de vegetação.
Áreas de topo de morro e encostas com declividade superior a 45°, que configuram APPs de proteção legal e prestam serviços ecossistêmicos essenciais de regulação hídrica e estabilidade de encostas.

Áreas Prioritárias para Recuperação
Áreas de Preservação Permanente degradadas ao longo do Rio Buquira e de seus afluentes, com ênfase nos trechos dos bairros Centro, Vila Esperança e Beira Rio, onde a supressão da vegetação ciliar compromete a estabilidade das margens e a qualidade da água.
Pontos de erosão mapeados nos bairros Beira Rio, Ponte Nova e São Benedito, onde processos de instabilidade de encosta demandam intervenções de bioengenharia e revegetação com espécies nativas.
Áreas de pastagem degradada em relevo suave ondulado, com potencial para restauração florestal e ampliação da conectividade entre fragmentos.
Faixa ao longo da rodovia SP-050, onde os taludes rodoviários carecem de cobertura vegetal adequada e onde a fragmentação interrompe o fluxo de fauna silvestre.
Nascentes e cabeceiras de drenagem desprotegidas, especialmente aquelas inseridas em propriedades rurais que ainda não realizaram a adequação ambiental (CAR – Cadastro Ambiental Rural/PRA – Programa de Regularização Ambiental).
Áreas Prioritárias para Criação de Espaços Protegidos
Proposta de Parque Linear do Rio Buquira: criação de um parque linear ao longo das margens do Rio Buquira no trecho urbano e periurbano, integrando a recuperação de APPs à oferta de espaços verdes públicos de lazer e convivência para a população. A proposta atende à demanda identificada na percepção ambiental (nota 2,3 para suficiência de parques e áreas verdes) e pode funcionar como corredor ecológico urbano, conectando fragmentos florestais existentes às margens do rio.
Proposta de criação de nova(s) Unidade(s) de Conservação: conforme demanda apresentada durante a Oficina Comunitária 2 e em consonância com as áreas de alta prioridade para conservação identificadas no diagnóstico, recomenda-se a proposição de criação de Unidade de Conservação de Uso Sustentável e/ou Proteção Integral em áreas de remanescentes florestais contíguos, situadas na porção sul e leste do território municipal. Cabe ressaltar que essa proposição já está em andamento, tendo sido manifestada por participantes da comunidade e corroborada pela análise técnica do PMMA. O processo de criação deverá ser conduzido conforme a legislação vigente, com realização de estudos técnicos complementares, consulta pública e deliberação pelo CMMA e pela Câmara Municipal.

QUADRO 1 – ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO.
 FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2026

3.2 Programas e Ações Estratégicas

A partir da sistematização do diagnóstico, das contribuições da participação popular e dos objetivos específicos definidos, o Plano de Ações do PMMA de Monteiro Lobato foi estruturado em sete programas temáticos, cada qual composto por um conjunto de ações estratégicas articuladas. A organização em programas segue a metodologia do Roteiro Metodológico (MMA, 2017) e as boas práticas observadas em outros municípios inseridos no bioma Mata Atlântica, como São Paulo, Itanhaém e municípios da Serra da Mantiqueira.

Os programas propostos são:

- ▣ Programa de Conservação e Proteção dos Remanescentes
- ▣ Programa de Recuperação e Restauração Florestal
- ▣ Programa de Criação e Consolidação de Áreas Protegidas e Conectividade Ecológica
- ▣ Programa de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais
- ▣ Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável e Uso Sustentável dos Recursos Naturais
- ▣ Programa de Educação Ambiental e Participação Social
- ▣ Programa de Fortalecimento Institucional, Monitoramento e Avaliação

3.2.1 Programa 1 – Conservação e Proteção dos Remanescentes

O objetivo deste programa é assegurar a integridade dos remanescentes florestais de Mata Atlântica existentes no município, reduzindo as pressões antrópicas e garantindo a manutenção dos serviços ecossistêmicos prestados. O Quadro a seguir apresenta a descrição das ações, metas, indicadores, prazo e responsável para a realização do Programa 1.

Ação	Descrição	Meta	Indicador	Prazo	Responsável
1.1	Fortalecer a fiscalização ambiental por meio de parcerias com órgãos estaduais (Polícia Ambiental, CETESB, DAEE) e Ministério Público, incluindo operações conjuntas periódicas	Realizar no mínimo 4 operações conjuntas/ano	Nº de operações realizadas; Nº de autos lavrados	Curto prazo (1–2 anos)	Prefeitura Municipal / CMMA / Órgãos estaduais
1.2	Implantar sistema de monitoramento remoto dos remanescentes florestais, utilizando imagens de satélite e alertas de desmatamento	Implantar o sistema no 1º ano e gerar relatórios semestrais	Nº de relatórios gerados; Área monitorada (km²)	Curto prazo (1 ano)	Prefeitura Municipal
1.3	Regulamentar e promover a adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) junto aos proprietários rurais	Atingir 80% de adesão ao CAR em 5 anos	% de imóveis rurais com CAR validado	Médio prazo (3–5 anos)	Prefeitura Municipal / CATI / Órgão ambiental estadual
1.4	Implementar programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para proprietários que conservem remanescentes florestais, nascentes e APPs	Firmar no mínimo 10 contratos de PSA em 5 anos	Nº de contratos firmados; Área sob PSA (ha)	Médio prazo (3–5 anos)	Prefeitura Municipal / CMMA / Comitê de Bacia
1.5	Implantar passagens de fauna nos trechos críticos da rodovia SP-050, em articulação com o DER e concessionárias	Instalar no mínimo 3 passagens de fauna em 5 anos	Nº de passagens implantadas; Espécies registradas	Médio prazo (3–5 anos)	Prefeitura Municipal / DER / Concessionária
1.6	Realizar o mapeamento e a proteção das nascentes do município, com georreferenciamento e avaliação do estado de conservação	Mapear 100% das nascentes em 3 anos	Nº de nascentes mapeadas; % em estado de conservação adequado	Médio prazo (3–5 anos)	Prefeitura Municipal / Comitê de Bacia

QUADRO 2 – AÇÕES DO PROGRAMA 1.

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2026

3.2.2 Programa 2 – Recuperação e Restauração

O objetivo do Programa 2 é ampliar a cobertura florestal nativa do município, com foco na recuperação de Áreas de Preservação Permanente, nascentes, encostas degradadas e áreas prioritárias para conectividade ecológica.

Ação	Descrição	Meta	Indicador	Prazo	Responsável
2.1	Implementar o Programa "Adote uma Nascente", articulando proprietários rurais, escolas e associações comunitárias para a proteção e recuperação de nascentes	Recuperar no mínimo 30 nascentes em 5 anos	Nº de nascentes recuperadas; Nº de participantes	Médio prazo (1–5 anos)	Prefeitura Municipal / CMMA / Associações

Ação	Descrição	Meta	Indicador	Prazo	Responsável
2.2	Restaurar as APPs hídricas degradadas ao longo do Rio Buquira e afluentes, com prioridade para os trechos urbanos e periurbanos (Centro, Vila Esperança, Beira Rio)	Restaurar no mínimo 20 ha de APPs em 5 anos	Área restaurada (ha); Nº de mudas plantadas	Médio prazo (2–5 anos)	Prefeitura Municipal / Comitê de Bacia / ONGs
2.3	Realizar intervenções de bioengenharia e revegetação nos pontos de erosão e instabilidade de encostas mapeados nos bairros Beira Rio, Ponte Nova e São Benedito	Intervir em 100% dos pontos de erosão mapeados em 5 anos	Nº de pontos estabilizados; Área revegetada (ha)	Médio prazo (2–5 anos)	Prefeitura Municipal / DER / Defesa Civil
2.4	Fortalecer e ampliar a capacidade de produção de mudas nativas, apoiando os viveiros municipais e privados existentes	Ampliar a produção para no mínimo 50.000 mudas nativas/ano em 3 anos	Nº de mudas produzidas/ano; Nº de espécies nativas disponíveis	Curto a médio prazo (1–3 anos)	Prefeitura Municipal / Viveiros / Parcerias
2.5	Promover a restauração florestal em áreas de pastagem degradada com potencial de conectividade entre fragmentos, por meio de plantio direto, condução de regeneração natural e nucleação	Restaurar no mínimo 30 ha em áreas de conectividade em 10 anos	Área em restauração (ha); técnicas utilizadas	Longo prazo (3–10 anos)	Prefeitura Municipal / Proprietários rurais / ONGs
2.6	Recuperar as margens e taludes rodoviários da SP-050, em parceria com o DER, utilizando espécies nativas de Mata Atlântica e técnicas de bioengenharia	Revegetar no mínimo 5 km de taludes em 5 anos	Extensão revegetada (km); Nº de espécies utilizadas	Médio prazo (2–5 anos)	Prefeitura Municipal / DER

QUADRO 3 – AÇÕES DO PROGRAMA 2.
 FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2026

3.2.3 Programa 3 – Criação e Consolidação de Áreas Protegidas e Conectividade Ecológica

O objetivo do Programa 3 é ampliar o sistema de áreas protegidas do município, criar espaços de uso público que integrem conservação e lazer, e promover a conectividade ecológica entre os remanescentes florestais.

Ação	Descrição	Meta	Indicador	Prazo	Responsável
3.1	Criar o Parque Linear do Rio Buquira, ao longo das margens do rio no trecho urbano e periurbano, integrando recuperação de APPs, infraestrutura de lazer, trilhas interpretativas e educação ambiental	Elaborar projeto executivo em 2 anos e iniciar implantação em 3 anos	Projeto elaborado (sim/não); Extensão implantada (km); Nº de frequentadores/ano	Médio prazo (2–5 anos)	Prefeitura Municipal / CMMA / Secretaria de Obras
3.2	Conduzir estudos técnicos para a criação de nova(s) Unidade(s) de Conservação em áreas de alta prioridade para conservação na porção norte e leste do território municipal, conforme demanda da comunidade e análise técnica	Concluir estudos em 2 anos e encaminhar proposta à Câmara Municipal	Estudo concluído (sim/não); Área proposta (ha); Categoria de UC definida	Médio prazo (1–3 anos)	Prefeitura Municipal / CMMA / Consultoria técnica
3.3	Consolidar e fortalecer o Projeto Corredor Ecológico Monteiro Lobato–São José dos Campos, promovendo a conectividade entre remanescentes florestais em escala intermunicipal	Firmar termo de cooperação intermunicipal em 1 ano; implementar ações conjuntas em 3 anos	Termo firmado (sim/não); Nº de ações conjuntas realizadas; Área de corredor em restauração (ha)	Médio prazo (1–5 anos)	Prefeitura Municipal / Prefeitura de SJC / Órgãos ambientais

Ação	Descrição	Meta	Indicador	Prazo	Responsável
3.4	Implantar corredores ecológicos locais, conectando fragmentos florestais por meio de restauração de faixas de vegetação em áreas estratégicas	Implantar no mínimo 3 corredores locais em 10 anos	Nº de corredores implantados; Extensão total (km); Área restaurada (ha)	Longo prazo (3–10 anos)	Prefeitura Municipal / Proprietários rurais
3.5	Elaborar plano de manejo para a porção municipal da APA da Bacia do Rio Paraíba do Sul, em articulação com o órgão gestor federal	Contribuir para a elaboração do plano de manejo em 3 anos	Participação nos comitês (sim/não); Nº de contribuições técnicas encaminhadas	Médio prazo (1–3 anos)	Prefeitura Municipal / ICMBio / CMMA

QUADRO 4 – AÇÕES DO PROGRAMA 3.
 FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2026

3.2.4 Programa 4 – Prevenção e Controle de Incêndios Florestais

O objetivo do Programa 4 é reduzir a ocorrência e os danos causados por incêndios florestais no município, por meio de prevenção, monitoramento e combate eficiente.

Ação	Descrição	Meta	Indicador	Prazo	Responsável
4.1	Fortalecer a Brigada Voluntária Civil de Combate a Incêndios Rurais (Lei Municipal nº 26/2021), com capacitação periódica, equipamentos adequados e integração com Corpo de Bombeiros e Defesa Civil	Capacitar 100% dos brigadistas anualmente; equipar a brigada com kit completo	Nº de brigadistas capacitados; Nº de equipamentos adquiridos	Curto prazo (1–2 anos)	Prefeitura Municipal / Defesa Civil
4.2	Implantar sistema de monitoramento de incêndios florestais com uso de tecnologias (drones, sensoriamento remoto, câmeras de vigilância em pontos estratégicos)	Adquirir e operacionalizar no mínimo 1 drone e 2 câmeras em 2 anos	Equipamentos adquiridos; Nº de voos de monitoramento/ano; Área monitorada	Curto a médio prazo (1–3 anos)	Prefeitura Municipal / Defesa Civil / Parceiros
4.3	Elaborar e implementar Plano Municipal de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, com mapeamento de áreas de risco, definição de rotas de acesso e protocolos de resposta	Elaborar o plano em 1 ano e implementá-lo em 2 anos	Plano elaborado (sim/não); Nº de ocorrências atendidas; Tempo médio de resposta	Curto prazo (1–2 anos)	Prefeitura Municipal / Defesa Civil / Corpo de Bombeiros
4.4	Promover campanhas permanentes de conscientização sobre os riscos de queimadas, articulando escolas, associações comunitárias e propriedades rurais	Realizar no mínimo 2 campanhas anuais, atingindo todos os bairros	Nº de campanhas realizadas; Nº de pessoas atingidas; redução no nº de focos	Contínuo	Prefeitura Municipal / Secretaria de Educação / CMMA
4.5	Implantar composteira municipal e promover a compostagem domiciliar e comunitária, eliminando a queima de lixo como fator de risco de incêndio	Instalar 1 composteira municipal em 2 anos; capacitar 200 famílias em compostagem domiciliar em 3 anos	Composteira implantada (sim/não); Nº de famílias capacitadas; Volume de resíduos desviados (t/ano)	Curto a médio prazo (1–3 anos)	Prefeitura Municipal / Secretaria de Meio Ambiente

QUADRO 5 – AÇÕES DO PROGRAMA 4.
 FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2026

3.2.5 Programa 5 – Desenvolvimento Rural Sustentável e Uso Sustentável dos Recursos Naturais

O Programa 5 tem como objetivo integrar a conservação da Mata Atlântica ao desenvolvimento socioeconômico rural, promovendo práticas produtivas sustentáveis e a valorização dos recursos naturais e culturais do município.

Ação	Descrição	Meta	Indicador	Prazo	Responsável
5.1	Criar programa municipal de extensão rural ambiental, em convênio com a CATI e instituições de ensino e pesquisa, oferecendo assistência técnica continuada aos produtores rurais	Firmar convênio em 1 ano; atender no mínimo 50 propriedades/ano	Convênio firmado (sim/não); Nº de propriedades assistidas/ano	Curto a médio prazo (1–3 anos)	Prefeitura Municipal / CATI / Universidades
5.2	Incentivar a adoção de Sistemas Agroflorestais (SAFs), permacultura e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), com capacitação técnica, fornecimento de mudas e insumos e acesso a crédito (PRONAF Floresta)	Implantar no mínimo 20 áreas demonstrativas de SAFs/ILPF em 5 anos	Nº de áreas implantadas; Área total (ha); Nº de produtores capacitados	Médio prazo (2–5 anos)	Prefeitura Municipal / CATI / Instituto Pandavas
5.3	Apoiar a certificação orgânica (APOENA ou equivalente) e o fortalecimento de feiras e circuitos curtos de comercialização de produtos da agricultura familiar	Apoiar a certificação de no mínimo 10 propriedades em 5 anos; realizar feiras mensais	Nº de propriedades certificadas; Nº de feiras realizadas/ano; Volume comercializado	Médio prazo (2–5 anos)	Prefeitura Municipal / CATI / Cooperativas
5.4	Fortalecer o turismo de base comunitária e o ecoturismo, articulando trilhas, atrativos naturais, patrimônio cultural (legado de Monteiro Lobato) e produtos locais	Estruturar no mínimo 3 roteiros de ecoturismo em 3 anos	Nº de roteiros estruturados; Nº de visitantes/ano; Renda gerada (R\$)	Médio prazo (2–3 anos)	Prefeitura Municipal / Secretaria de Turismo / Associações
5.5	Apoiar iniciativas de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) e outras formas de economia solidária no meio rural	Apoiar no mínimo 3 iniciativas de CSA em 5 anos	Nº de CSAs ativas; Nº de famílias produtoras beneficiadas; Nº de consumidores engajados	Médio prazo (2–5 anos)	Prefeitura Municipal / Associações / ONGs
5.6	Promover a adequação ambiental do manejo de dejetos animais em propriedades rurais, eliminando o lançamento em cursos d'água	Capacitar 100% dos produtores com criação animal em 5 anos	Nº de propriedades adequadas; Nº de capacitações realizadas	Médio prazo (2–5 anos)	Prefeitura Municipal / CATI / Vigilância Sanitária

QUADRO 6 – AÇÕES DO PROGRAMA 5.

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2026

3.2.6 Programa 6 – Educação Ambiental e Participação Social

O Programa 6 tem como objetivo ampliar a consciência ambiental da população, fortalecer os canais de participação social e promover a integração da comunidade na gestão da Mata Atlântica, respondendo às fragilidades identificadas nas temáticas de Informações Ambientais (nota média 1,6), Participação Social (nota média 2,9) e Consumo Sustentável (nota média 2,6).

Ação	Descrição	Meta	Indicador	Prazo	Responsável
6.1	Implementar programa permanente de educação ambiental nas escolas municipais, articulado ao Projeto	Atingir 100% das escolas municipais em 2 anos	Nº de escolas participantes; Nº de alunos envolvidos;	Curto prazo (1–2 anos)	Prefeitura Municipal / Secretaria de

Ação	Descrição	Meta	Indicador	Prazo	Responsável
	VERDEPERTO (Lei Municipal nº 2.030/2025) e ao Instituto Pandavas, com ênfase na Mata Atlântica, mudanças climáticas e conservação dos recursos hídricos		Nº de atividades realizadas/ano		Educação / Instituto Pandavas
6.2	Desenvolver programa de educação ambiental não formal, voltado a comunidades rurais, associações de moradores e produtores rurais, abordando legislação ambiental, CAR, manejo sustentável e compostagem	Realizar no mínimo 8 oficinas/ano em diferentes bairros	Nº de oficinas realizadas; Nº de participantes; Temas abordados	Contínuo	Prefeitura Municipal / CMMA / CATI / ONGs
6.3	Criar plataforma de comunicação ambiental municipal (boletim, redes sociais, site), divulgando ações ambientais, legislação, resultados do PMMA e canais de participação	Lançar plataforma em 1 ano; publicar no mínimo 2 boletins/mês	Plataforma ativa (sim/não); Nº de publicações; Alcance (nº de visualizações)	Curto prazo (1 ano)	Prefeitura Municipal / Assessoria de Comunicação
6.4	Fortalecer o Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), assegurando sua atuação efetiva na aprovação, acompanhamento e fiscalização do PMMA, com capacitação periódica dos conselheiros	Realizar no mínimo 2 capacitações/ano para conselheiros	Nº de capacitações realizadas; Nº de reuniões ordinárias com quórum; Nº de deliberações	Contínuo	Prefeitura Municipal / CMMA
6.5	Promover audiências públicas e consultas populares anuais para apresentação dos resultados do PMMA e coleta de novas contribuições da sociedade	Realizar no mínimo 1 audiência pública/ano	Nº de audiências realizadas; Nº de participantes; Nº de contribuições recebidas	Contínuo	Prefeitura Municipal / CMMA
6.6	Realizar campanhas de sensibilização sobre a relação entre consumo, meio ambiente e Mata Atlântica, promovendo hábitos de consumo sustentável e valorização da agricultura familiar local	Realizar no mínimo 4 campanhas/ano	Nº de campanhas; Nº de pessoas atingidas	Contínuo	Prefeitura Municipal / CMMA / Secretaria de Educação

QUADRO 7 – AÇÕES DO PROGRAMA 6.

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2026

3.2.7 Programa 7 – Fortalecimento Institucional, Monitoramento e Avaliação

O objetivo do Programa 7 é garantir a sustentabilidade institucional, técnica e financeira do PMMA, assegurando mecanismos de monitoramento contínuo, avaliação periódica e melhoria contínua das ações.

Ação	Descrição	Meta	Indicador	Prazo	Responsável
7.1	Institucionalizar o PMMA por meio de lei municipal específica, vinculando-o ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), garantindo recursos para sua implementação	Aprovar a lei municipal do PMMA em 1 ano	Lei aprovada (sim/não); Dotação orçamentária destinada (R\$)	Curto prazo (1 ano)	Prefeitura Municipal / Câmara Municipal / CMMA
7.2	Fortalecer o Fundo Municipal de Meio Ambiente como mecanismo de financiamento das ações do PMMA, captando recursos de compensações	Ampliar a arrecadação do fundo em no mínimo 30% em 3 anos	Valor arrecadado (R\$/ano); Nº de projetos financiados	Médio prazo (1–3 anos)	Prefeitura Municipal / CMMA

Ação	Descrição	Meta	Indicador	Prazo	Responsável
	ambientais, multas, parcerias e editais				
7.3	Ampliar o quadro técnico e promover a capacitação contínua da equipe ambiental municipal em gestão ambiental, geoprocessamento, restauração ecológica e licenciamento	Contratar no mínimo 2 técnicos adicionais em 2 anos; realizar 4 capacitações/ano	Nº de técnicos contratados; Nº de capacitações realizadas	Curto a médio prazo (1–3 anos)	Prefeitura Municipal
7.4	Articular parcerias com universidades, institutos de pesquisa e organizações do terceiro setor para apoio técnico, científico e financeiro à implementação do PMMA	Firmar no mínimo 3 termos de cooperação em 3 anos	Nº de parcerias firmadas; Nº de projetos desenvolvidos	Médio prazo (1–3 anos)	Prefeitura Municipal / Universidades / ONGs
7.5	Implantar sistema de monitoramento e avaliação do PMMA, com definição de indicadores, metas e relatórios anuais, a serem submetidos ao CMMA e à sociedade civil	Elaborar relatório anual de monitoramento; avaliar indicadores semestralmente	Nº de relatórios elaborados; % de metas atingidas; Nº de indicadores monitorados	Contínuo	Prefeitura Municipal / CMMA
7.6	Revisar o PMMA a cada 5 anos, atualizando diagnóstico, áreas prioritárias e ações com base nos resultados do monitoramento e nas novas demandas da sociedade	Realizar a 1ª revisão em 5 anos	Revisão realizada (sim/não); Nº de ações revisadas; Nº de novas ações incluídas	Longo prazo (5 anos)	Prefeitura Municipal / CMMA / Consultoria técnica
7.7	Buscar ativamente recursos junto a programas estaduais, federais e internacionais para financiamento das ações do PMMA, incluindo fundos de restauração, Fundo Clima, PSA, REDD+ e editais de cooperação	Submeter no mínimo 3 projetos a editais/ano	Nº de projetos submetidos; Nº de projetos aprovados; Recursos captados (R\$)	Contínuo	Prefeitura Municipal / CMMA
7.8	Integrar as ações do PMMA com os demais planos setoriais do município (Plano Diretor, PMSB, PMGIRS, Plano de Redução de Riscos), assegurando coerência e sinergia nas políticas públicas	Realizar no mínimo 2 reuniões intersetoriais/ano	Nº de reuniões realizadas; Nº de ações integradas	Contínuo	Prefeitura Municipal / Secretarias Municipais

QUADRO 8 – AÇÕES DO PROGRAMA 7.

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2026

3.2.8 Programa 8 – Integração com Planos Municipais

O Programa 8 tem como objetivo garantir a articulação do PMMA com planos setoriais municipais de influência sobre a preservação da Mata Atlântica, promovendo sinergias, evitando conflitos e otimizando recursos públicos.

Ação	Descrição	Meta	Indicador	Prazo	Responsável
8.1	Revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB — Lei nº 1.803/2021) para incorporar proteção de APPs, recuperação de mananciais e adaptação climática nas intervenções de drenagem e tratamento de esgoto	Atualizar PMSB em 2 anos	PMSB revisado aprovado	Curto prazo (1–2 anos)	Prefeitura / CMMA / Sabesp
8.2	Elaborar Plano Municipal de Mudanças Climáticas, integrando Adaptação Baseada em Ecossistemas (AbE) com	Plano aprovado em 3 anos	Plano elaborado e aprovado	Médio prazo (2–3 anos)	Prefeitura / CMMA / SEMIL

Ação	Descrição	Meta	Indicador	Prazo	Responsável
	ações de restauração e proteção florestal do PMMA				
8.3	Atualizar o Plano de Macrodrenagem para priorizar intervenções em bacias com fragilidades ambientais (Rio Buquira), incorporando revegetação de taludes e corredores ecológicos	Plano atualizado em 2 anos	Plano de macrodrenagem revisado	Curto prazo (1–2 anos)	Prefeitura / Defesa Civil
8.4	Revisar o Plano Diretor (Lei nº 1.650/2017) e Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 19/2025), redefinindo zoneamento para proteção de remanescentes e áreas prioritárias	PD revisado aprovado em 3 anos	Zonas de proteção ampliadas (%)	Médio prazo (2–3 anos)	Prefeitura / Câmara / CMMA
8.5	Incorporar diretrizes do PMMA ao planejamento de REURBs em áreas irregulares próximas a APPs e remanescentes, evitando ocupações em zonas de risco e fragilidade ambiental	100% das REURBs em conformidade em 5 anos	Nº de REURBs regularizadas com PMMA	Médio prazo (3–5 anos)	Prefeitura / SEMUR

QUADRO 9 – AÇÕES DO PROGRAMA 8.
 FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2026

4. IMPLEMENTAÇÃO E VIABILIDADE FINANCEIRA

A execução efetiva do Plano de Ações do PMMA exige além da definição estratégica das ações, sua articulação financeira, institucional e temporal. Esta seção apresenta os mecanismos de captação de recursos, o instrumental de gestão orçamentária municipal e o cronograma de implementação, assegurando a exequibilidade técnica e operacional das proposições elaboradas.

A estruturação organiza as fontes de financiamento externas, a vinculação ao Fundo Municipal de Meio Ambiente e os horizontes temporais de execução (curto, médio e longo prazo), priorizando iniciativas estruturantes nos dois primeiros anos para consolidação institucional do plano.

4.1 Fontes de Financiamento

O PMMA de Monteiro Lobato prevê captação estratégica de recursos via múltiplas fontes públicas e privadas, complementando as dotações orçamentárias municipais e maximizando a execução das ações propostas. As fontes foram selecionadas por sua adequação aos programas temáticos e histórico de aprovação em municípios similares.

Fonte	Descrição	Programas relacionados	Referência legal
Fundo MMA Restauração	Recursos federais para restauração florestal e monitoramento	1, 2, 3	Lei 11.428/2006
FEHIDRO	Fundo estadual para recursos hídricos (recuperação nascentes, APPs)	2, 3, 4, 8	Lei Estadual 12.253/2005
PSA Comitê Bacia Paraíba do Sul	Pagamentos por serviços ambientais hídricos	1, 2, 4	Lei 14.119/2021
Fundo Clima SP	Financiamento para AbE e adaptação climática	Todos	Lei Estadual 15.824/2015
PRONAF Floresta	Crédito rural para SAFs/ILPF/agrofloresta	5	Lei 11.775/2008
Convênios CATI/ITEP	Assistência técnica rural sustentável	5, 7	Convênios CATI
Compensações Ambientais	Recursos de licenciamentos para áreas prioritárias	1, 2, 3	Res. CONAMA 371/2006
Editais FAPESP/FEAESP	Restauração, monitoramento e pesquisa	2, 4, 7	Edital FAPESP 2026
Fundo MMA Restauração	Recursos federais para restauração florestal e monitoramento	1, 2, 3	Lei 11.428/2006

QUADRO 10 – FONTES DE FINANCIAMENTOS.
FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2026

4.2 Fundo Municipal para o PMMA

O Decreto Federal nº 6.660/2008 (art. 43, § único) estabelece que o PMMA deve ser aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) e vinculado a Fundo Municipal específico para sua execução, com receitas de multas ambientais, compensações de licenciamento e dotações orçamentárias. Este dispositivo legal assegura a sustentabilidade financeira do plano, evitando que dependa exclusivamente do orçamento ordinário anual.

Em Monteiro Lobato, já existe o Fundo Municipal de Meio Ambiente, instituído pela Lei Municipal nº 1.454/2009, que criou concomitantemente o CMMA e o respectivo fundo. Este instrumento já contempla receitas de multas ambientais, taxas de licenciamento e possíveis compensações, podendo ser utilizado como mecanismo financeiro principal para operacionalizar as ações do PMMA, evitando a necessidade de criação de novo fundo específico.

4.3 Cronograma Geral de Implementação

O cronograma de implementação do Plano de Ações do PMMA organiza as ações em três horizontes temporais, conforme recomendação do Roteiro Metodológico, assim como mostra o Quadro a seguir.

Horizonte	Período	Foco
Curto prazo	1 a 2 anos	Ações estruturantes: institucionalização do PMMA, fortalecimento da brigada de incêndios, monitoramento remoto, programa de educação ambiental, convênios com CATI, plataforma de comunicação, capacitação da equipe municipal
Médio prazo	3 a 5 anos	Ações de consolidação: restauração de APPs, programa Adote uma Nascente, PSA, passagens de fauna, criação do Parque Linear, criação de UCs, SAFs/ILPF, ecoturismo, ampliação da produção de mudas, composteira municipal
Longo prazo	5 a 10 anos	Ações de ampliação e continuidade: restauração florestal em larga escala, corredores ecológicos locais, revisão do PMMA, consolidação do sistema de áreas protegidas, melhoria contínua dos indicadores

QUADRO 11 – CRONOGRAMA GERAL DE IMPLEMENTAÇÃO.

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2026

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Ações do PMMA de Monteiro Lobato foi construído a partir de uma base técnico-participativa consistente, integrando os resultados da Consulta e Percepção Ambiental (Produto 3), do Diagnóstico Técnico (Produto 4) e das contribuições da Oficina Comunitária 2, consolidando problemas, oportunidades e proposições surgidas do diálogo direto com a sociedade.

O conjunto de oito programas temáticos e suas ações estratégicas abrange de forma integrada as dimensões de conservação dos remanescentes, recuperação de áreas degradadas, criação de novas áreas protegidas, prevenção de incêndios, desenvolvimento rural sustentável, educação ambiental e fortalecimento institucional, atendendo às quatro dimensões obrigatórias do diagnóstico estabelecidas pelo Decreto nº 6.660/2008.

Destaques estratégicos do plano incluem:

- ▣ Parque Linear do Rio Buquira, integrando recuperação ambiental e espaços públicos de lazer
- ▣ Propositura de novas Unidades de Conservação, já em discussão com a comunidade
- ▣ Integração com planos setoriais (saneamento, mudanças climáticas, macrodrenagem, diretor)
- ▣ Vinculação estratégica ao Fundo Municipal de Meio Ambiente (Lei nº 1.454/2009)

A seção de Implementação e Viabilidade Financeira assegura a exequibilidade das proposições por meio de fontes de captação diversificadas (FEHIDRO, MMA, PSA, Fundo Clima, CATI), vinculação ao fundo municipal existente e cronograma escalonado (curto, médio e longo prazo), priorizando ações estruturantes nos dois primeiros anos.

Monteiro Lobato reúne condições favoráveis para sucesso do PMMA: cobertura florestal remanescente expressiva (50,45%), arcabouço legal consolidado, inserção em corredores ecológicos regionais e comunidade ambientalmente engajada. A efetividade do plano dependerá do compromisso interinstitucional, do fortalecimento do CMMA como instância de controle social, da captação estratégica de recursos e do monitoramento contínuo com revisão quinquenal.

O PMMA não se configura como documento isolado, mas como instrumento articulador das políticas ambientais municipais, dialogando com o Plano Diretor, PMSB, PMGIRS e demais planos setoriais, contribuindo para um modelo de desenvolvimento territorial sustentável que integra conservação ambiental, qualidade de vida urbana e valorização das vocações rurais do município.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm>. Acesso em: 20 fev. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 nov. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm>. Acesso em: 16 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021**. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jan. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14119.htm. Acesso em: 16 fev. 2026.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução nº 371, de 28 de dezembro de 2006**. Regulamenta compensação ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2006. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE00671.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2026.

MONTEIRO LOBATO. **Lei Municipal nº 1.454, de 2009**. Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente e o Fundo Municipal de Meio Ambiente. Disponível em: <<https://www.agenciaambientaldovale.sp.gov.br/cpaavp/04-bases-legais/leis-municipais/monteiro-lobato/2022/01-lei-nr-1454-conselho-de-meio-ambiente.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

MONTEIRO LOBATO. **Lei Municipal nº 1.650, de 2017**. Plano Diretor Municipal. Disponível em: <<https://www.camaramonteirolobato.sp.gov.br/pdf/leis/2017/lei1650.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2026.

MONTEIRO LOBATO. **Lei Municipal nº 1.803, de 2021**. Plano Municipal de Saneamento Básico. Disponível em: <http://leismunicipais.com.br/.../lei-ordinaria-n-1803-2021>. Acesso em: 24 fev. 2026.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Roteiro Metodológico para Elaboração e Implementação dos Planos Municipais da Mata Atlântica**. Brasília: MMA, 2017.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Portal dos Planos Municipais da Mata Atlântica**. Disponível em: <<https://pmma.sosma.org.br>>. Acesso em: 16 fev. 2026.

ANEXOS

■ MATERIAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Post e Folder



■ ATA DA OFICINA COMUNITÁRIA 2

Referência: Oficina Comunitária 2 - Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA)	
Local: Monteiro Lobato/SP	
Data: 21/01/2026	Horário: 18h22
Participantes: Lista de Presença em anexo.	
As 18:22 do dia 21 de janeiro de 2026, reuniram-se na Casa de Cultura Nelson Gomes, representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) de Monteiro Lobato e demais participantes, conforme a lista de presença. A abertura do evento foi feita pela engenheira Isabel Rocha, representante da empresa Vallenge Engenharia, que iniciou agradecendo a presença de todos e informou que o evento tinha como objetivo exibir o conteúdo referente à etapa do Diagnóstico da situação atual do município para o Plano Municipal da Mata Atlântica do município de Monteiro Lobato. Em seguida foi dado início a programação da Oficina Comunitária 2. A engenheira Isabel informou que, em 08 de janeiro de 2026, foi realizada uma ação de divulgação por meio de panfletagem em diversos bairros do município, com o objetivo de comunicar à população a realização da Oficina Comunitária 2 do PMMA. Ela destacou que a finalidade dessa oficina consiste em compreender de forma integrada e técnica como se encontra o território municipal em relação à Mata Atlântica, identificar problemas, potencialidades e conflitos ambientais, subsidiando a definição de áreas prioritárias para conservação, recuperação e uso sustentável, além de orientar a formulação de diretrizes, programas e ações realistas e compatíveis com a realidade local. Durante a apresentação, a engenheira Isabel explicou que o PMMA se encontra estruturado em três etapas, estando o processo atualmente na segunda etapa, correspondente à elaboração do diagnóstico e do documento técnico do plano. Informou ainda que todos os produtos já desenvolvidos se encontram disponíveis no site oficial da Prefeitura Municipal de Monteiro Lobato, orientando os participantes sobre como acessar esses documentos. Em seguida, apresentou a metodologia adotada para o diagnóstico, detalhando o levantamento técnico de campo e a pesquisa de dados secundários junto a órgãos federais e estaduais, com menção às bases oficiais utilizadas. Durante esse momento, uma vereadora manifestou preocupação quanto ao mês de janeiro não ser o mais adequado para a realização das oficinas participativas; contudo, Isabel esclareceu que o cronograma precisava ser cumprido conforme pactuado com a Prefeitura, garantindo a continuidade do processo. Questionada por uma participante sobre a disponibilidade do material apresentado, Isabel informou que os conteúdos exibidos na oficina somente seriam disponibilizados no site após validação pela Secretaria Municipal competente. Na sequência, iniciou a apresentação dos mapas temáticos pelo mapa de Unidades de Conservação, momento em que se discutiu a abrangência da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Paraíba do Sul no território municipal, sendo esclarecido que sua criação se deu por meio de legislação federal. Diante do interesse gerado, um dos participantes sugeriu que todos se aproximassem da projeção para melhor visualização dos mapas, especialmente em razão de seu interesse em discutir a futura criação de uma Unidade de Conservação em área ainda não mapeada. Questionada sobre a existência de plano de manejo da APA Paraíba do Sul, Isabel informou que o instrumento se encontra em processo de elaboração, comprometendo-se a verificar qual órgão é responsável por sua condução. Na sequência, foi apresentado o mapa de vegetação elaborado pelo Instituto Florestal em 2020, sendo esclarecido que se trata de um levantamento de escala regional, o que implica menor nível de detalhamento quando comparado a estudos de escala municipal. Isabel explicou as classes da legenda do mapa e detalhou os critérios de interpretação de imagens de satélite utilizados para diferenciar áreas de vegetação nativa e silvicultura, esclarecendo dúvidas levantadas pelos participantes. Em resposta a questionamentos sobre a possibilidade de criação de novas Unidades de Conservação no município, Isabel afirmou que essa possibilidade poderá ser analisada nas próximas etapas do PMMA, especialmente durante a elaboração do Plano de Ações e do Projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara Municipal. Posteriormente, foi apresentado o quadro de áreas do mapeamento de vegetação do IF 2020, ocasião em que uma vereadora solicitou esclarecimentos sobre os termos técnicos ambientais utilizados; diante disso, Isabel e os biólogos presentes explicaram os conceitos de forma técnica e acessível, garantindo a compreensão de todos. Na sequência, foi apresentado o mapa de Uso e Cobertura do Solo do Mapbiomas realizado no ano de 2024 quando uma participante sugeriu a inclusão de dados históricos de desmatamento e recuperação ambiental em intervalos de 5 em 5 anos, proposta considerada pertinente pelos participantes. Em seguida, Isabel apresentou o relatório fotográfico do levantamento de campo realizado em áreas de remanescentes conservados da Mata Atlântica, executado pelo engenheiro Álamo e pelo servidor municipal Augusto Pinho; questionada sobre	

a existência de levantamento florístico, esclareceu que tal estudo não está previsto em contrato, podendo ser contemplado em eventual plano de manejo. Ainda no âmbito do relatório fotográfico, foram apresentados o mapa de hidrografia do município, com destaque para os principais cursos d'água, e exemplos fotográficos de Áreas de Preservação Permanente em diferentes estados de conservação. Posteriormente, Isabel apresentou os mapas de áreas de risco elaborados pela Defesa Civil em 2018, explicando tratar-se de áreas com risco à vida humana, incluindo registros de deslizamentos e inundações já ocorridos no município. Na sequência, foram apresentados registros fotográficos de pontos de fragilidade ambiental relacionados a processos erosivos e ocorrências de incêndios, bem como o mapa e relatório fotográfico dos viveiros existentes no município. Por fim, Isabel apresentou o mapa contendo todos os pontos percorridos durante o levantamento técnico em campo, encerrando a etapa expositiva da oficina e preparando os participantes para o início da dinâmica participativa. Na sequência da oficina, a engenheira Isabel apresentou as diretrizes e regras da dinâmica participativa, orientando os participantes quanto à divisão dos temas e à metodologia de discussão, com foco na identificação de problemas ambientais, oportunidades, definição de prioridades e proposição de ações a serem consideradas no âmbito do PMMA, sempre à luz da realidade atual do município. Durante as discussões, foram apontados como principais problemas a falta de incentivo ao produtor rural e à extensão rural, a ausência de cuidados adequados com as várzeas dos rios e a inexistência ou degradação de Áreas de Preservação Permanente em grande parte dos cursos d'água, sendo ressaltado por uma participante que o Poder Público precisa definir de forma clara sua posição quanto à ocupação dessas áreas, alertando para os riscos ambientais associados. Também foi destacada a fragilidade no apoio institucional ao CMMA, uma vez que demandas ambientais trazidas pela população nem sempre são consideradas, evidenciando a necessidade de fortalecimento da participação social por meio dos conselhos. À medida que os problemas eram elencados, a engenheira Isabel, juntamente com a presidente do CMMA, Flávia de Oliveira, realizou o registro sistematizado dos apontamentos no cartaz previamente fixado no local. A presidente do CMMA ressaltou ainda que as principais causas dos incêndios no município estão associadas às queimas irregulares de lixo, à ausência de educação ambiental, à inexistência de uma composteira municipal, à falta de monitoramento contínuo, sugerindo o uso de drones como alternativa e às solturas irregulares de balões. Outros problemas também foram registrados, como a ausência de investimentos em convênios com a CATI e demais instituições, a necessidade de criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e/ou Proteção Integral, a falta de incentivo a sistemas agroflorestais, permacultura e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), o baixo apoio a iniciativas como CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura), a necessidade de recuperação de áreas degradadas e encostas com impactos na micro e macrodrenagem, a destinação inadequada de esterco animal em cursos d'água, a degradação de atrativos turísticos naturais, a necessidade de certificações orgânica (APOENA), o fortalecimento do turismo de base comunitária e a urgência na implantação de passagens de fauna ao longo da rodovia SP-050. Após o levantamento e a consolidação dos problemas ambientais identificados, a engenheira Isabel explicou de forma detalhada como seriam discutidas e estruturadas as ações estratégicas voltadas à mitigação e solução das fragilidades apontadas, considerando a viabilidade técnica, institucional, financeira e a realidade atual do município. Dentre as ações prioritárias, destacou-se a atuação direta junto aos proprietários rurais, por meio de capacitação técnica, extensão rural e programas contínuos de educação ambiental. Foi ressaltada também a importância da educação ambiental e da capacitação técnica da própria gestão pública, entendendo que o fortalecimento institucional é fundamental para que as políticas ambientais sejam corretamente compreendidas, aplicadas e posteriormente disseminadas à população. Entre as ações estruturantes propostas, foram citados a implementação de programas de recuperação de nascentes, como o "Adote uma Nascente", a recuperação e proteção de APPs hídricas e associadas à declividade, bem como o incentivo à produção de mudas nativas e à criação viveiros, tanto públicos quanto privados, como suporte às ações de restauração. Também foram apontadas como ações relevantes o estabelecimento de parcerias com órgãos estaduais para fiscalização ambiental, o aprimoramento do monitoramento de incêndios florestais, a implantação de travessias de fauna, especialmente em trechos críticos da malha viária, a busca ativa por recursos financeiros junto a programas estaduais, federais e instituições parceiras, e a adoção de medidas de macrodrenagem, visando à redução de processos erosivos, enchentes e impactos sobre a macrodrenagem do município. Ao final da dinâmica participativa, às 20h34, a engenheira Isabel encerrou oficialmente a Oficina Comunitária 2.

■ APRESENTAÇÃO DA OFICINA DE LEITURA PARTICIPATIVA 1



SLIDE 1



SLIDE 2



SLIDE 3



SLIDE 4



SLIDE 5



SLIDE 6

O QUE É O PMMA?

Instrumento de planejamento ambiental obrigatório com participação social.

Estabelecido pela:
• Lei Federal nº 11.428/2006

Regulamentado pelo:
• Decreto Federal nº 6.660/2008

SLIDE 7

ETAPAS E PRODUTOS

- ETAPA 1 - PLANEJAMENTO PARA O PROCESSO PMMA
- ETAPA 2 - DIAGNÓSTICO TÉCNICO E ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO PMMA
- ETAPA 3 - VALIDAÇÃO E APROVAÇÃO PMMA

SLIDE 8

ETAPA 1

- P1 PLANO DE TRABALHO
- P2 RELATÓRIO DA OFICINA
- P3 CONSULTA E PERCEPÇÃO AMBIENTAL

SLIDE 9

ETAPA 2

- P4 DIAGNÓSTICO
- P5 PLANO DE AÇÃO
- P6 MINUTA

SLIDE 10

ETAPA 3

- P7 RELATÓRIO DE CONSULTA PRÉVIA + VERSÃO FINAL + APROVAÇÃO DA MINUTA

SLIDE 11

CRONOGRAMA

PRODUTOS	10/25	11/25	12/25	01/26	02/26	03/26
P1	✓					
P2		✓				
P3			✓			
P4				✓		
P5					✓	
P6						✓
P7						

SLIDE 12

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

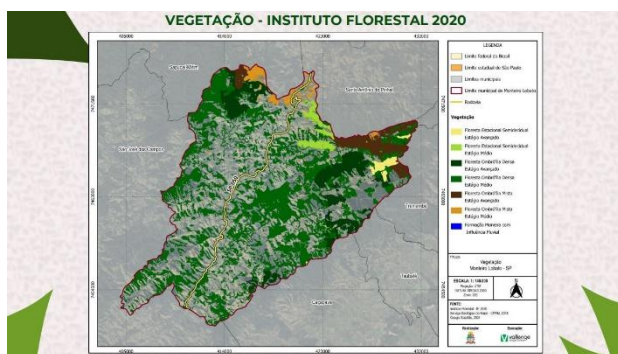
OBJETIVO

Caracterizar e analisar a situação atual da Mata Atlântica no município, de forma a subsidiar o planejamento necessário para que sejam alcançados os objetivos específicos do PMMA.

SLIDE 13



SLIDE 14

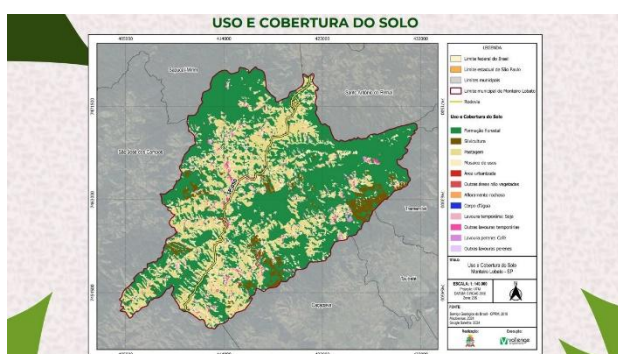


SLIDE 15

VEGETAÇÃO

Tipo de vegetação	Área (km²)	Porcentagem do território do município (%)
Floresta Estacional Semidecidual Estágio Avançado	2,60	0,78
Floresta Estacional Semidecidual Estágio Médio	4,67	1,40
Floresta Ombrófila Densa Estágio Avançado	24,36	7,32
Floresta Ombrófila Densa Estágio Médio	113,77	34,19
Floresta Ombrófila Mista Estágio Avançado	12,21	3,67
Floresta Ombrófila Mista Estágio Médio	5,33	1,60
Formação Pioneira com Influência Fluvial	0,02	0,01
TOTAL	162,96	48,97

SLIDE 16



SLIDE 17

USO E COBERTURA DO SOLO

Classe	Área (km²)	Porcentagem
Corpo d'água	0,24	0,07%
Formação Florestal	187,23	56,27%
Silvicultura	13,53	4,07%
Área Urbanizada	0,29	0,08%
Pastagem	68,18	20,49%
Agricultura	8,80	2,64%
Mosaico de Usos	54,41	16,36%
Outras Áreas Não Vegetadas	0,01	0,01%
Afloramento Rochoso	0,01	0,01%
TOTAL	332,70	100%

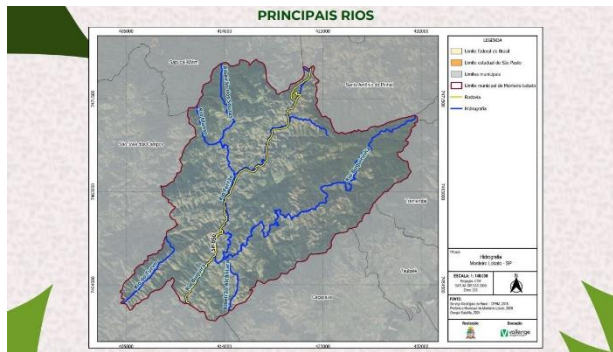
SLIDE 18



SLIDE 19



SLIDE 20



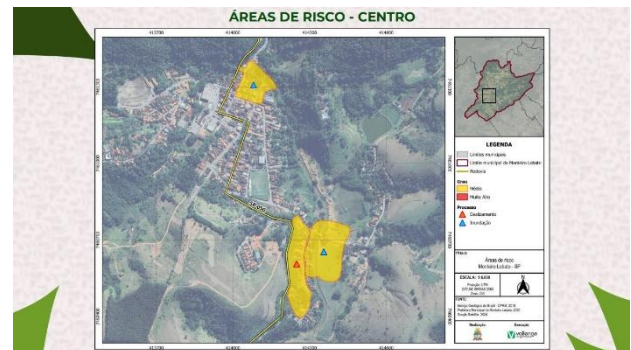
SLIDE 21



SLIDE 22



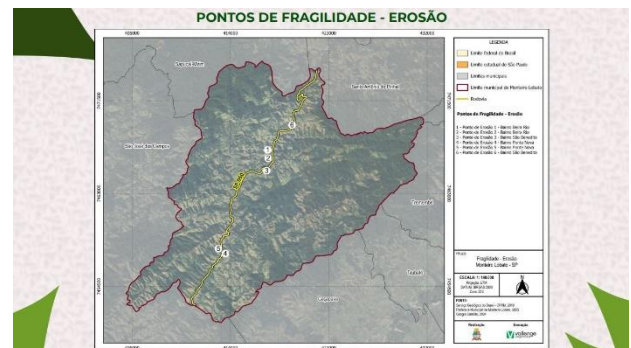
SLIDE 23



SLIDE 24



SLIDE 25



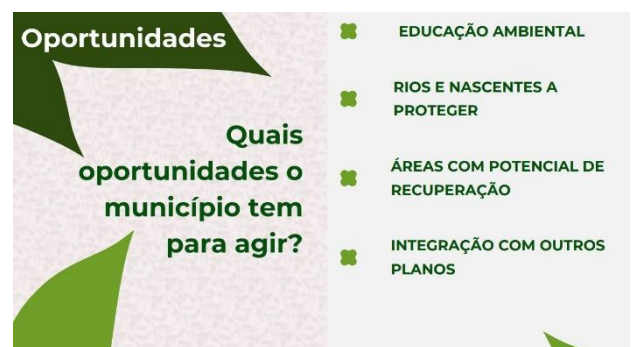
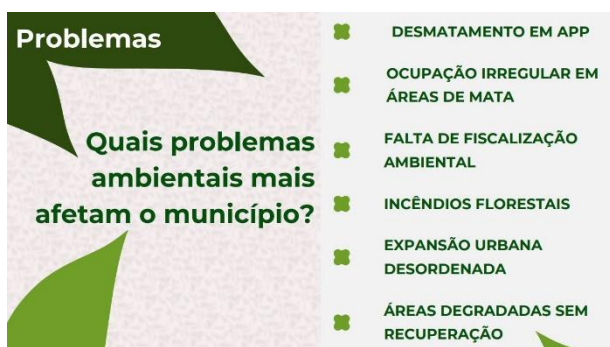
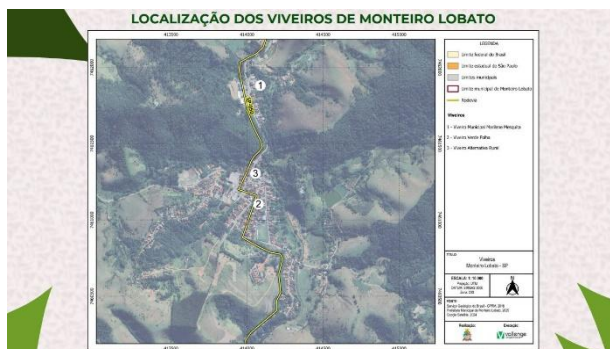
SLIDE 26



SLIDE 27



SLIDE 28



Prioridades	Ações
O que precisa ser enfrentado primeiro?	Como podemos agir sobre essas prioridades?

SLIDE 37

Contato

Av. Dom Pedro I, 4681 - Jardim Paulista, Taubaté - SP

0800 832 4246

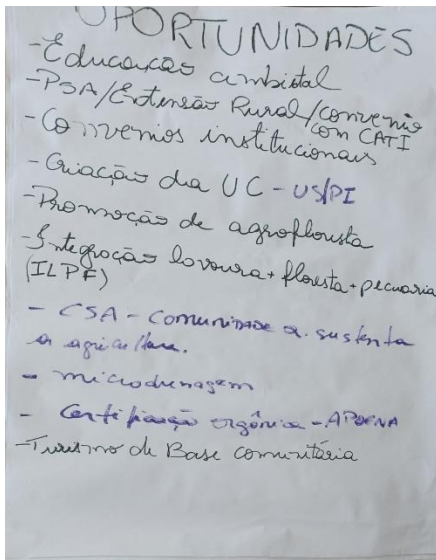
contato@valenge.com.br

www.valenge.com.br

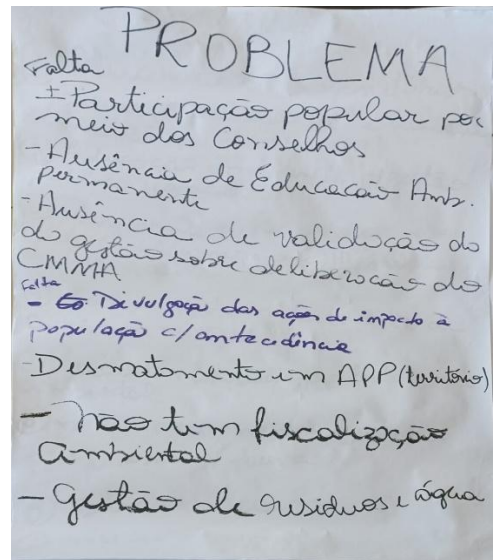
Criamos projetos inovadores que impactam o dia a dia das pessoas.

SLIDE 38

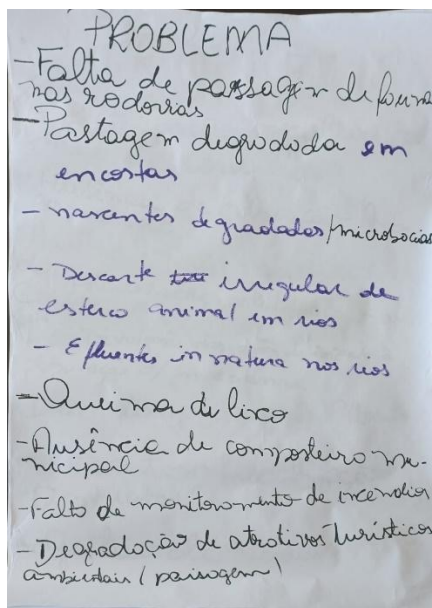
■ APRESENTAÇÃO DA OFICINA DE LEITURA PARTICIPATIVA 1



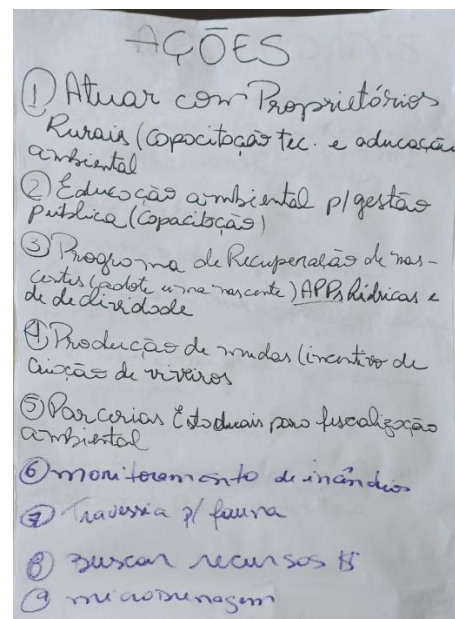
CARTAZ 1



CARTAZ 2



CARTAZ 3



CARTAZ 4

■ LISTA DE PRESENÇA DA OFICINA COMUNITÁRIA 2

 PREFEITURA DE MONTEIRO LOBATO		MONTEIRO LOBATO - SP	
<u>LISTA DE PRESENÇA</u>			
Lista de Presença			Página 01
Referência: <i>Oficina 2 - PMMA Monteiro Lobato / SP</i>			
Data: <i>21/01/26</i>	Horário: <i>18 h 00</i>	Local: <i>Casa de Cultura de Monteiro Lobato</i>	
Nome: <i>Flávia Camoresi de Oliveira</i>		Documento de identificação: <i>28.379.848-0</i>	
Endereço: <i>Trav. 1650 Guarani, 15000</i>		Telefone: <i>11 98536-1504</i>	
E-mail: <i>flaviacamoresi@gmail.com</i>			
Assinatura: <i>[Signature]</i>		Entidade a que pertence: <i>CMM 4</i>	
Nome: <i>ANA KEHL</i>		Documento de identificação: <i>32.229.431-9</i>	
Endereço: <i>RUA B / SOUZA</i>		Telefone: <i>11 984467862</i>	
E-mail:			
Assinatura: <i>AKM</i>		Entidade a que pertence: <i>CMA S</i>	
Nome: <i>Luiz Alberto Ribeiro</i>		Documento de identificação: <i>103.79.866-3</i>	
Endereço: <i>Estrada das Palmeiras, 17 - Souza</i>		Telefone: <i>12-997285476</i>	
E-mail:			
Assinatura:		Entidade a que pertence: <i>CMM A</i>	
Nome: <i>Komila Fernanda Guimarães Claro</i>		Documento de identificação: <i>500.920.198-46</i>	
Endereço: <i>Rua Anísio Pereira Dias, 170 - Centro Monteiro Lobato</i>		Telefone: <i>(12) 996695584</i>	
E-mail: <i>gkomilafernanda@gmail.com</i>			
Assinatura: <i>[Signature]</i>		Entidade a que pertence: <i>Secretaria Meio Ambiente</i>	



MONTEIRO LOBATO - SP

LISTA DE PRESENÇA

Lista de Presença			Página 02
Referência: Oficina 2 - PMMA Monteiro Lobato/SP			
Data: 21/01/26	Horário: 18 h	Local: Casa de Cultura de Monteiro Lobato	

Nome: Eliza Niva	Documento de identificação: 12.528.755-4
Endereço: Estrada Pedra Branca 6013	Telefone: (12) 99111-1154
E-mail: elizaviana@gmail.com	
Assinatura: [assinatura]	Entidade a que pertence: APMASP

Nome: Marcos Lima	Documento de identificação: 12.229.789-X
Endereço: Estrada Mun. Pedra Branca, 6013	Telefone: 9 9111-1100
E-mail: marcoslima@gmail.com	
Assinatura: [assinatura]	Entidade a que pertence: APMASP

Nome: João Henrique Furtado Motta	Documento de identificação:
Endereço: R. Rodovia do Livro Km 10	Telefone: 12 996363695
E-mail: joaoturismocultura@gmail.com	
Assinatura: [assinatura]	Entidade a que pertence: APMASP - Presidente

Nome: M ^{te} Gracias de S. Silva	Documento de identificação:
Endereço: Av. Visconde de Sabugosa, 1080 - Alameda Infinita	Telefone: (12) 98802032
E-mail:	
Assinatura: [assinatura]	Entidade a que pertence: CAMPA MUNICIPAL (Vereador)



MONTEIRO LOBATO - SP

LISTA DE PRESENÇA

Lista de Presença			Página 03
Referência: Oficina 2 - PMMA Monteiro Lobato/SP			
Data: 21/01/2026	Horário: 18 h 00	Local: Casa de Cultura de Monteiro Lobato	

Nome: m ^{rs} madalena jos	Documento de identificação:
Endereço: av. m. ademar de Barros 211	Telefone: (11) 9 99717862
E-mail: mmlosofena.com.br	
Assinatura: [assinatura]	Entidade a que pertence: —

Nome: Alamo Kiyohiro de Andrade Yoshiki	Documento de identificação: 233.156.408-77
Endereço:	Telefone: (12) 98114-1157
E-mail: alamayoshiki@gmail.com	
Assinatura: Alamo Yoshiki	Entidade a que pertence: Vallenge Engenharia

Nome:	Documento de identificação:
Endereço:	Telefone:
E-mail:	
Assinatura:	Entidade a que pertence:

Nome:	Documento de identificação:
Endereço:	Telefone:
E-mail:	
Assinatura:	Entidade a que pertence:

REALIZAÇÃO:



EXECUÇÃO:





MONTEIRO LOBATO - SP

LISTA DE PRESENÇA

Lista de Presença			Página 01
Referência: Oficina 2 - PMMA Monteiro Lobato / SP			
Data: 21/01/26	Horário: 18 h	Local: Casa de Cultura de Monteiro Lobato	
Nome: WIZ ALBERTO RIBEIRO		Documento de identificação:	
Endereço: ESTRADA DAS PALMEIRAS, 17		Telefone: (12) 97285476	
E-mail: ribeiro.la@gmail.com			
Assinatura:		Entidade a que pertence: ASSOCIAÇÃO C. BARRRO SOUZA	
Nome: Isobel Maria A.B.L.R.A Santos		Documento de identificação: 404.505.398-06	
Endereço: Avenida Dom Pedro I, 4681 - Tambati		Telefone: (12) 981727650	
E-mail: im.santos@vallenge.com.br			
Assinatura: Isobel Rocha		Entidade a que pertence: Vallenge	
Nome:		Documento de identificação:	
Endereço:		Telefone:	
E-mail:			
Assinatura:		Entidade a que pertence:	
Nome:		Documento de identificação:	
Endereço:		Telefone:	
E-mail:			
Assinatura:		Entidade a que pertence:	

REALIZAÇÃO:



EXECUÇÃO:

